



O SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO ESCOLAR: a inserção do aluno por meio do Programa Bolsa Família

Autora: Luciana Martins de Sousa Dantas; Coautora: Elba Leandro Nóbrega e Pereira; Coautor: Jorge Miguel Lima Oliveira; Coautora: Lidiane Rodrigues Campêlo da Silva;

Universidade Estadual da Paraíba; luluqueta@hotmail.com; leandroelbasd@gmail.com; jorge_scot@hotmail.com; liannecampelo@gmail.com;

Resumo: A presente pesquisa problematizou a relação estabelecida entre o Programa Bolsa Família – PBF - e a educação no sentido de compreender se o mesmo exerce efeitos na vida escolar de seus beneficiários, bem como seus possíveis efeitos na superação da situação de vulnerabilidade social de famílias beneficiárias. O estudo foi orientado pela seguinte questão: quais as diretrizes do PBF para a educação e em que medida elas se efetivam como mecanismos operatórios no desempenho escolar dos beneficiários e na promoção da superação da vulnerabilidade social? Em face desta questão, a pesquisa teve por objetivo analisar se e como o Programa Bolsa Família gera efeitos no desempenho escolar e na superação da situação de vulnerabilidade social das famílias beneficiárias. O campo de coleta de dados ocorreu na Escola Estadual de Ensino Médio Professor Cícero Severo Lopes, localizada na cidade de São Domingos – Paraíba. Sob uma perspectiva crítica da análise de nossas políticas sociais, em especial das políticas focalizadas, entre as quais se insere o PBF, no sentido de explorar as contradições inerentes às mesmas. Contudo, nesta pesquisa, percebe-se a necessidade de maior informação e orientação a respeito do PBF e das condicionalidades, pois, apesar de a aplicação dos recursos do PBF ser realizada, na percepção dos agentes, de maneira adequada para a maioria das mulheres assistidas, ficou claro que a melhor compreensão, por parte das mulheres, sobre a importância do PBF tornaria mais fácil o cumprimento do que lhes é demandado.

Palavras-chaves: Escola, Bolsa Família, Políticas Públicas. .

INTRODUÇÃO

O presente trabalho põe em relevo a relação entre o Programa Bolsa Família e o desempenho escolar de seus beneficiários, fazendo uma análise em uma determinada escola da Rede Estadual de Ensino do estado da Paraíba, bem como problemática relação entre educação e saída da situação de vulnerabilidade das famílias pertencentes ao Programa.

Constitui-se, atualmente, uma das políticas de maior alcance no Brasil, o Programa Bolsa Família – PBF – foi criado no ano de 2003, a partir da unificação dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio gás, completando em 2013 dez anos de existência. De acordo com a Lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004 (BRASIL, 2004), o Programa Bolsa Família – PBF - tem por objetivos a promoção do acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e



assistência social; o combate à fome e promoção da segurança alimentar e nutricional; o estímulo à emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza e o combate à pobreza. Enquanto Programa de Transferência Direta de Renda - PTR, o PBF se propõe a beneficiar famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza no Brasil.

Os programas complementares, por sua vez, apresentam-se como meios para o desenvolvimento das famílias tendo em vista a superação da situação de vulnerabilidade. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, o Programa Bolsa Família atende mais de 13 milhões de famílias. Em dez anos de existência, o PBF vem se constituindo como programa de transferência de renda de maior alcance em termos de população atendida.

Apesar do alcance do PBF em termos de famílias atendidas, as interpretações sobre o mesmo, estão longe de se mostrarem uníssonas, vêm sendo marcadas por dissensos. Verifica-se nesse cenário, de um lado aqueles que aprovam e apoiam a iniciativa, justificando a capacidade de melhoria nas condições de vida das famílias beneficiárias (muitas das quais têm nessa fonte a única renda familiar); outros pela capacidade de movimentação dos comércios e serviços locais, contribuindo para a geração do que chamam de novos postos de trabalho; os que consideram o potencial do recurso monetário recebido para promover o empoderamento das mulheres beneficiárias, além daqueles que defendem a capacidade de manter estudantes na escola e o cartão de vacinação dos filhos em dia.

Neste cenário, algumas produções acadêmicas têm problematizado o Programa a partir da concepção de sociedade a que se propõe. Dentre essas, Lazani (2011) ressalta alguns detalhes ideológicos na formulação do PBF. Primeiramente, por destinar-se às famílias pobres e extremamente pobres, caracterizando-o como um programa assistencial, carregado de estigma, e que por isso se distancia da capacidade de diminuir as desigualdades bem como promover aumento de segurança entre todas as classes, visto que, para ser beneficiário, é necessário que a família esteja na base mais baixa da pirâmide social.

Segundo, defende que transferência de renda é um mecanismo de alívio imediato da pobreza e não um mecanismo permanente de redução de desigualdades mais abrangente. Terceiro, acredita que a redução da concentração de renda, quase insignificante, não diz respeito apenas à ação do Programa Bolsa Família. Por fim, afirma desconhecer evidência empírica de que os beneficiários consigam postos de trabalho mais qualificados, o que, segundo ele, contradiz o propósito do Programa de promover emancipação dos beneficiários (LAZANI, 2011).



Ainda segundo o autor, em que pese o valor transferido, considerado pequeno, e da instabilidade de permanência no Programa, o mesmo vem representando um alívio material significativo para as famílias das regiões mais pobres do país, o que leva apreender o PBF nas suas contradições, nos seus limites e possibilidades de combater a pobreza imediata, assim como da possibilidade de se expandir para o conceito de cobertura financeira no molde universal, como defendido por Lazani (2011) e Silva (2007).

Tal interpretação, também, levou Silva (2006) a tecer algumas críticas, classificando-o como um programa que se aproxima de uma orientação política neoliberal e assistencial. Segundo ela, os resultados alcançados não parecem ser capazes de ultrapassar a manutenção das grandes desigualdades sociais e parecem se direcionar para a criação de um estrato de pobres situados num patamar de indigência ou mera sobrevivência, com impactos duvidosos sobre a interrupção do ciclo vicioso de reprodução da pobreza (SILVA, 2007, p. 38).

O estudo foi orientado pela seguinte questão: quais as diretrizes do Programa Bolsa Família para a educação e em que medida elas se efetivam como mecanismos operatórios no desempenho escolar dos beneficiários e na promoção da superação da vulnerabilidade social?

Com essa problemática este trabalho tem como objetivo geral analisar o desempenho escolar dos componentes de grupos familiares que são beneficiários do Programa Bolsa Família na Escola Estadual de Ensino Médio Professor Cícero Severo Lopes, localizada no município de São Domingos.

METODOLOGIA

A realização desta pesquisa teve como base a análise de monografias, dissertações, teses artigos científicos e capítulos de livros para a realização deste trabalho e aplicação de testes semiestruturados baseados em uma pesquisa qualitativa e quantitativa.

Segundo Gil (2007, p. 17), pesquisa é definida como o:

(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolveu-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação discussão dos resultados.

Essa pesquisa de campo teve uma abordagem quantitativa e qualitativa, pois as duas juntas se complementam para alcançar as informações significativas. Segundo Beuren (2003, p. 92) “ na pesquisa qualitativa concebe-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo



estudado”. Já a pesquisa quantitativa Lakatos e Marconi (2007) diz que o aspecto quantitativo utiliza-se do estudo de dados para confirmar suposições fundamentadas no valor de números e da observação estatística para indicar modelos de atuação.

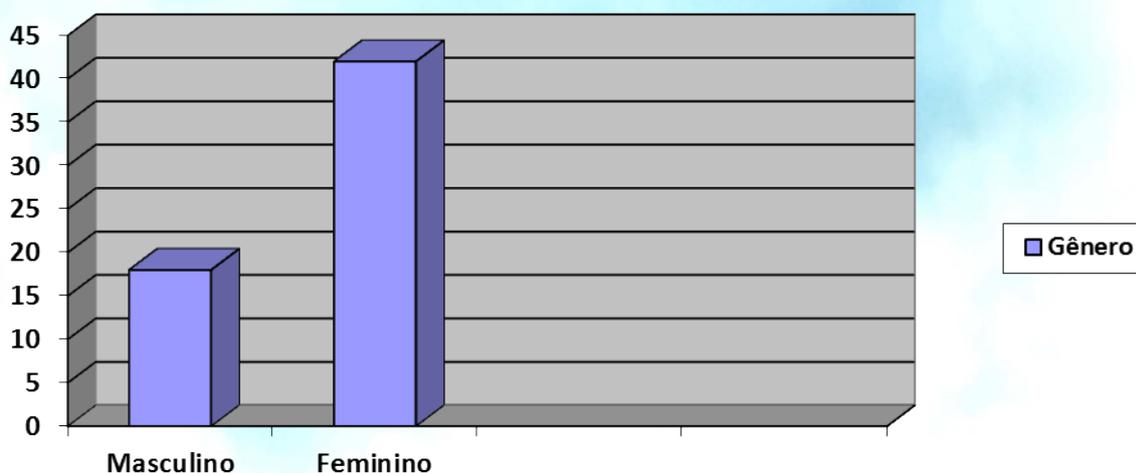
A pesquisa foi realizada na Escola Estadual de Ensino Médio Professor Cícero Severo Lopes, localizada na cidade de São Domingos – Paraíba. Foi feito levantamento de dados mediante a frequência do Programa Bolsa Família encaminhados, a cada período de avaliação, para a Secretaria Municipal de Educação do referido município. Além de uma entrevista de natureza qualitativa com a direção escolar desta Unidade Oficial de Ensino.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para esse trabalho foi realizado uma pesquisa de campo com uma abordagem quali-quantitativa com os beneficiários do PBF (Programa Bolsa Família) que estão regularmente matriculados na Escola Estadual de Ensino Médio Professor Cícero Severo Lopes, localizada no município de São Domingos – Paraíba. A pesquisa foi realizada em dois momentos, onde no primeiro momento foi realizado um levantamento de dados referente ao perfil social dos beneficiários e/ou dependentes do PBF. O segundo momento foi realizada uma entrevista semiestruturada com a direção da referida Unidade Oficial de Ensino, onde o diretor respondeu a um questionário de natureza qualitativa, que segundo Marconi & Lakatos (1999) quando os questionários exigem respostas abertas, há uma maior margem de parcialidade dos entrevistados na compilação das respostas, sendo mais onerosas e demoradas para serem analisadas, sendo as perguntas fechadas mais objetivas, e fáceis de aplicar.

Participaram da pesquisa 60 indivíduos, onde nesse primeiro momento está observado o perfil dos beneficiários do PBF (pais ou responsáveis pelos alunos) 45 do gênero feminino e 28 do gênero masculino conforme mostra o Gráfico 1.

Gráfico 01: Gênero dos beneficiários.

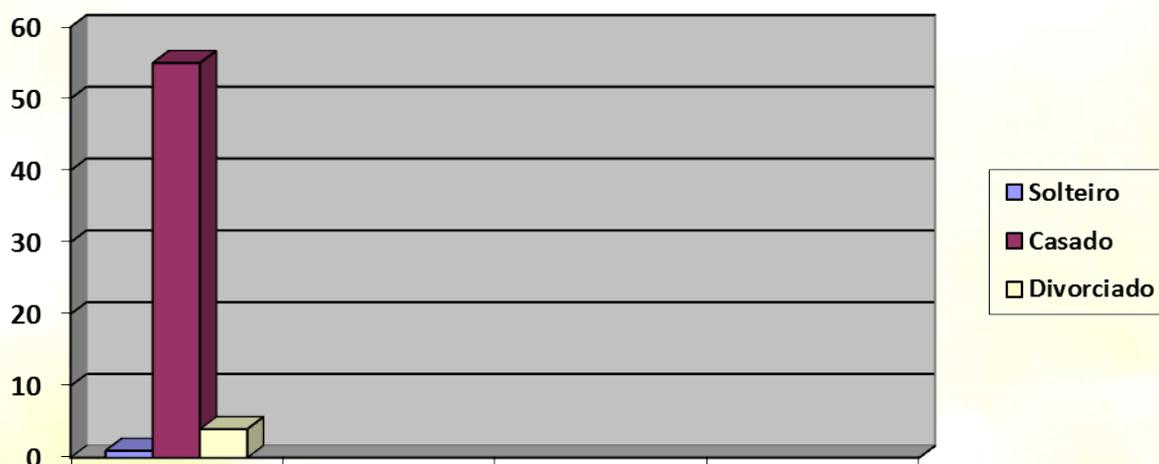


Fonte: Da própria pesquisa, 2015.

Segundo Gombata (2015), o gênero é uma construção social que permite que o sujeito exerça um papel social na sociedade. Conforme se apresenta no gráfico acima se percebe que as mulheres possuem uma maior expressividade no cadastro de beneficiários do Programa Bolsa Família, no qual, se encontra, também, outro fator - o de que as mulheres em sua maioria são majoritariamente os agentes sociais que tomam a frente da economia familiar.

O gráfico 02 apresenta os dados com relação ao estado civil dos beneficiários no Programa Bolsa Família. Foi detectado que dos indivíduos analisados 55 (cinquenta e cinco) são casados, 04 (quatro) são solteiros e apenas 01 (um) é solteiro.

Gráfico 02: Estado civil.

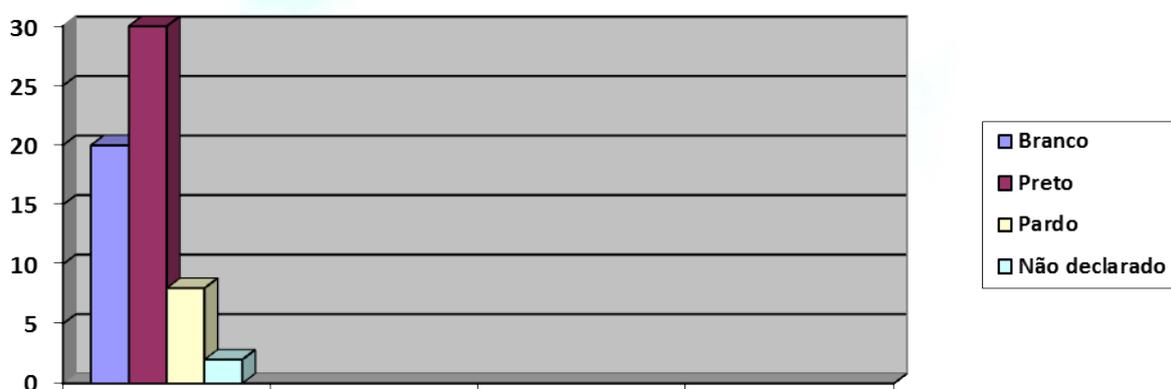


Fonte: Da própria pesquisa, 2015.



Quanto à cor dos indivíduos analisados na pesquisa foi percebido que 30 (trinta) declararam ser brancos, 20 (vinte) negros, 08 (oito) pardos e 02 (dois) não declararam nenhum tipo de cor ou raça no cadastro. Segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) 2003, um método de identificação racial é um procedimento estabelecido para a decisão do enquadramento dos indivíduos em grupos definidos pelas categorias de uma classificação, sejam estas manifestas ou latentes.

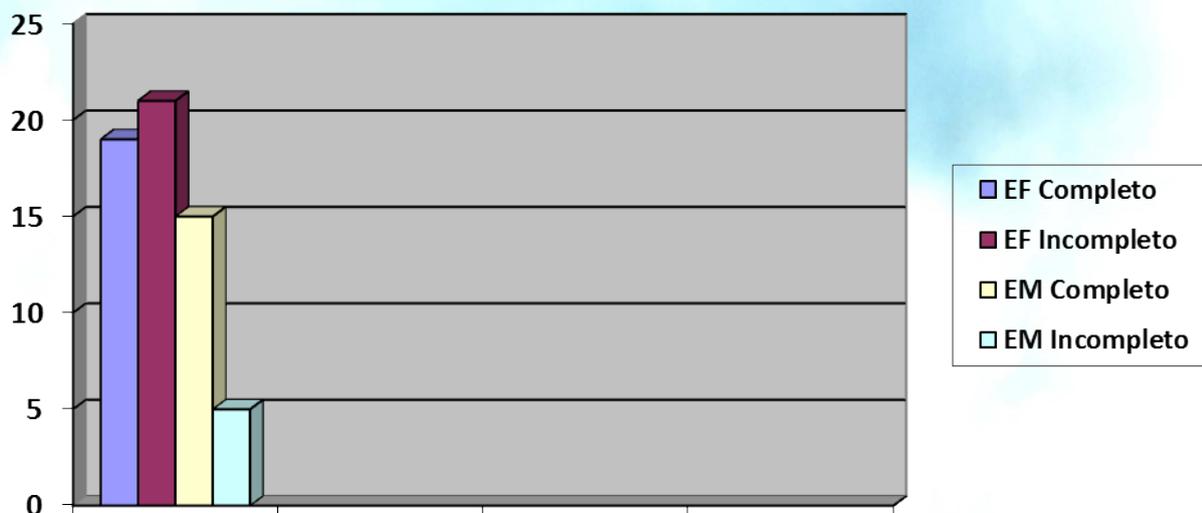
Gráfico 03: Cor.



Fonte: Da própria pesquisa, 2015.

Ao analisarmos a questão da escolaridade dos beneficiários do programa foi identificado que 19 (dezenove) dos indivíduos analisados possuem o Ensino Fundamental (EF) completo, 21 (vinte e um) possuem o Ensino Fundamental (EF) incompleto, 15 (quinze) possuem o ensino médio (EM) incompleto e 05 (cinco) possuem o ensino médio (EM) completo. O gráfico 04 a seguir apresenta essa distribuição.

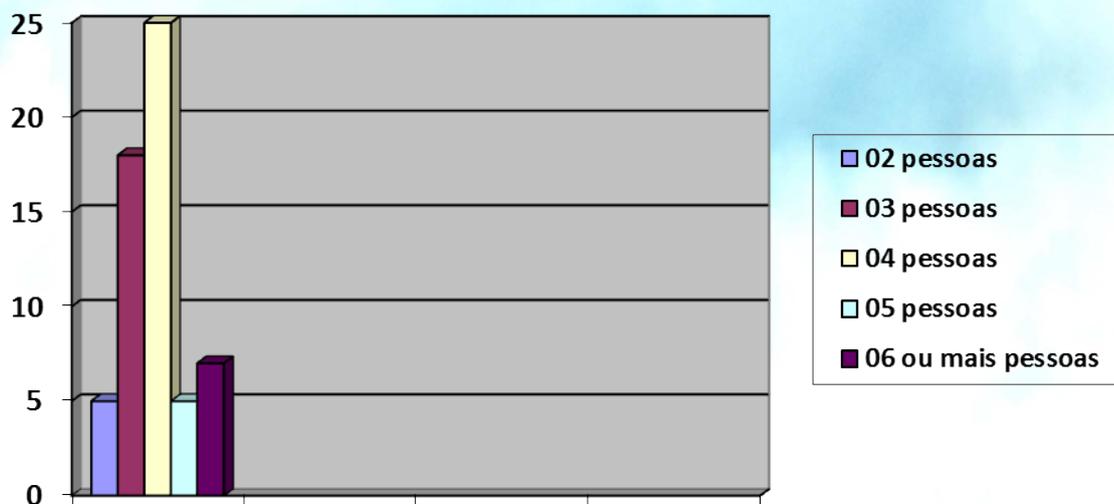
Gráfico 04: Escolaridade.



Fonte: Da própria pesquisa, 2015.

Quanto ao número de pessoas que residem nesses grupos familiares e mediante aos critérios estabelecidos para ser beneficiário do Programa Bolsa Família que segundo BRASIL (2015), a população que o governo deseja atingir é justamente as famílias que vivem em situação de pobreza e/ou pobreza extrema. Essas famílias são aquelas que recebem uma renda *per capita* muito baixa, bem abaixo de um salário mínimo por pessoa. Foi percebido que dos indivíduos analisados 05 (cinco) possuem o grupo familiar constituído de 02 (duas) pessoas, 18 (dezoito) dos indivíduos analisados possuem o grupo familiar constituído de 03 (três) pessoas, 25 (vinte e cinco) dos indivíduos analisados possuem o grupo familiar constituído de 04 (quatro) pessoas e 07 (sete) dos indivíduos analisados possuem o grupo familiar constituídos de 06 (seis) ou mais pessoas. O gráfico 05 apresenta a distribuição de quantidade de pessoas residentes ou dependentes que convivem junto ao grupo familiar dos beneficiários.

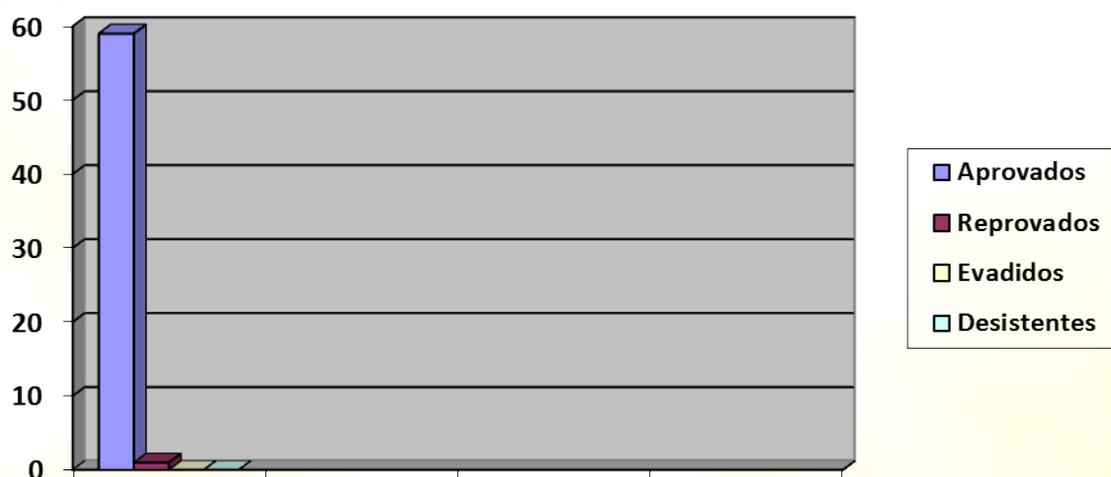
Gráfico 05: Quantidade de pessoas no grupo familiar.



Fonte: Da própria pesquisa, 2015.

A seguir apresentam-se as taxas de aprovação e de reprovação da escola segundo o Censo escolar de 2013, no qual, constata-se que dos 60 (sessenta) indivíduos beneficiários do PBF, apenas 01 (um) ficou reprovado no ano de 2013, nenhum foi evadido ou transferido como mostra o gráfico 06.

Gráfico 06: Taxa de rendimento escolar.



Fonte: Educacenso 2014.



A segunda parte da pesquisa foi constituída de uma entrevista feita com o gestor da Escola Estadual de Ensino Médio Professor Cícero Severo Lopes, localizada na cidade de São Domingos – Paraíba, nesse caso aqui será identificado pela sigla DE (Diretor Escolar), onde o mesmo foi questionado inicialmente se existe alguma política de inclusão dos responsáveis pelas famílias beneficiárias no mercado de trabalho, segundo o DE:

“A Escola pertence à Rede Estadual de Ensino, e nesse caso não há uma política de inclusão direta da escola para esses beneficiários, tendo em vista que essas ações são de responsabilidades do município e que com relação a esse levantamento a escola não tem conhecimento, pois aqui se trata apenas da informação de presença ou não desses alunos nas aulas e isso é informado a Secretaria Municipal de Educação do município de São Domingos, mas acredito que esse trabalho deve ser desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Ação Social junto ao CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do município.”

Segundo Brito (2011), partindo da argumentação a favor da intervenção estatal, há também razões de eficiência e equidade para uma intervenção sob a forma de políticas de alívio à pobreza. Aliviar a pobreza por questões de equidade não é difícil de compreender. Contudo, até mesmo por questões de eficiência são defendidas políticas redistributivas, no sentido de que a pobreza pode gerar ineficiências no mercado sob a forma de morte precoce dos pobres (perda de força de trabalho futura) devido à violência, fome, desnutrição, sendo que esta última pode ainda comprometer a produtividade do trabalho de adultos e o rendimento das crianças na escola. Portanto, mesmo que transferir renda de ricos para pobres gere desincentivos ao trabalho, os problemas gerados pela pobreza podem comprometer ainda mais a eficiência econômica, justificando a intervenção estatal.

Questionado se em âmbito geral é notório que o PBF trouxe algum benefício para as famílias que recebem o benefício, segundo o DE:

“De certa forma sim, mas acredito que seja necessário por parte do poder público uma maior eficácia na relação de empoderamento social desses beneficiários, tendo em vista que ainda não se concretizou uma relação eficaz entre o recebimento do benefício e uma postura ativa na busca da melhoria da qualidade de vida.”

Em 2008, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) propôs a expansão da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), por meio do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), visando à melhoria no acompanhamento das famílias. O PAIF é



implementado por intermédio dos CRAS, localizados em territórios de vulnerabilidade social, que atuam com as famílias e indivíduos em seu contexto comunitário.

Essas unidades desenvolvem serviços socioassistenciais, socioeducativos e de convivência voltados para as famílias consideradas vulneráveis e, prioritariamente, para as famílias beneficiárias do PBF. Neste contexto, o PBF está inserido na PNAS, a qual estabelece que as ações do CRAS devam ser focalizadas na família (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004).

Nesse âmbito, compreender a percepção dos agentes do sistema público assim como sua importância no processo de empoderamento é fundamental na prática e execução de projetos de desenvolvimento social.

Gohn (2004) afirma que o empoderamento, entendido como a capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, vem sendo utilizado no âmbito das políticas públicas, o que enfatiza seu protagonismo para geração de desenvolvimento autossustentável.

Segundo Romano (2002), a abordagem do empoderamento implica o desenvolvimento de capacidades das pessoas pobres e excluídas socialmente para superar as principais fontes de privação de liberdades. Neste sentido, torna-se relevante analisar o empoderamento das mulheres em situação de pobreza.

O empoderamento é apontado por intermédio da análise da aplicação e da administração dos recursos recebidos, compreensão do PBF e condicionalidades e, especialmente, por meio do comportamento das mulheres, conforme a percepção dos sujeitos de pesquisa em relação aos maridos, filhos, trabalho, bem como seu conhecimento a respeito do CRAS.

Conforme estudos disponíveis na literatura, o convívio no CRAS reflete positivamente na vida das famílias (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009). Assim, este trabalho justifica-se à medida que o CRAS torna-se um espaço de convívio e interação social, que visa a potencialização da autonomia das famílias e não apenas a diminuição imediata das vulnerabilidades.



Quanto ao entendimento se houve alguma alteração no desempenho escolar após o recebimento do benefício e se a frequência escolar desses indivíduos sofreu alguma alteração mediante o recebimento do PBF na renda familiar. Segundo o DE:

“As políticas de governo ainda são de entrada e não de permanência dos alunos na escola, quando eu falo em entrada me refiro a grande preocupação em divulgar dados quantitativos de números de alunos matriculados na educação básica e não na permanência do mesmo oferecendo um ensino de qualidade. Quanto ao desempenho escolar não acredito que sofra alguma alteração mediante o recebimento do benefício, pois é necessário primeiro despertar no aluno uma necessidade de vir à escola. E a frequência é notória, o grande índice de participação deles nas aulas, mas como citado anteriormente o fato de estarem em sala de aula não está ligado ao desempenho, existem outros fatores bem mais gritantes do que o mero recebimento de uma bolsa.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que o campo da educação é um espaço permeado por contradições e interesses diversos, há um grande desinteresse do Estado em consolidar uma educação plena que caminhe para a construção de uma nova cultura, desta forma é necessário o Assistente Social ter claro essas contradições e buscar uma atuação comprometida com os direitos sociais em especial o da educação, para isto é necessário o profissional pautar-se nas legislações pertinentes a profissão e ter como substrato o Projeto Ético Político da profissão.

Resgatando algumas discussões mais importantes, constata-se que o PBF reflete-se na autonomia, autoestima e empoderamento individual das mulheres beneficiárias, ressaltando-se o *status* que a posse do cartão do PBF propõe para as mulheres, pois a maioria delas nunca possuiu conta ou frequentou agências bancárias, sendo este um fator que valoriza e pode legitimar as mulheres como cidadãs.

Em uma análise conjunta, a melhoria nas condições de vida, a inclusão social, a educação e a qualificação sugerem reflexos de empoderamento individual e relacional das mulheres.

Contudo, enfatiza-se a necessidade de maior informação e orientação a respeito do PBF e das condicionalidades, pois, apesar de a aplicação dos recursos do PBF ser realizada, na percepção dos agentes, de maneira adequada para a maioria das mulheres assistidas, ficou claro que a melhor



compreensão, por parte das mulheres, sobre a importância do PBF tornaria mais fácil o cumprimento do que lhes é demandado.

REFERÊNCIAS

_____. **As Práticas Socioeducativas do Assistente Social inserido na Política de Educação.** In SILVA, Marcela Mary José (org.). *Serviço Social na Educação: Teoria e Prática.* Campinas: Papel Social, 2012.

_____. **Serviço Social e educação: Olhares que se entrecruzam.** *Serviço Social & Realidade*, Franca, v.18, n.2, 2009.

_____. **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.** Brasília: 2011.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: Perfis pedagógicos da prática profissional**, 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

AGENDE. **Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher.** Universidade de Brasília, 2006.

AMARO, Sarita. **Serviço Social na educação: Bases para o trabalho profissional**, Florianópolis: UFSC, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições, 2009.

BRITO, Alessandra Scalioni. **Programa Bolsa Família e Mercado de Trabalho: Uma análise das Limitações e Possibilidades da PNAD e do Cadastro Único.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

BRONZO, C. **Vulnerabilidade, Empoderamento e Proteção Social. Reflexões a partir de experiências latino-americanas.** In: ENANPAD, XXXII, 2008.

CFESS, **Serviço Social na Educação: Uma inserção possível e necessária.** Brasília: 2001.

COSTA, A.A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres.** Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim/Ufba), 2000.

DRAIBE, S.M. **Uma nova institucionalidade das políticas sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas dos programas sociais.** *Revista São Paulo em Perspectiva: Revista da Fundação Sead*, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 3-21, 1997



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

FIALHO, P.J.F. **O programa Bolsa Família em São Luís (MA) e Belém (PA): um estudo sobre a relação entre gestão local e os efeitos do programa na condição de vida das mulheres.** Dissertação (mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Empoderamento de mulheres: avaliação das disparidades globais de gênero.** Genebra, 2005.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006
GITTER, S.R.; BARHAM, B.L. Women's power, conditional cash transfers, and schooling in Nicaragua. *World Bank Econ. Rev.*, v. 1, May 22, 2008.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional,** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SANTOS, André Michael. **Serviço Social na Educação: Reflexões acerca das contribuições do Assistente Social para o fortalecimento da gestão escolar.** In SCHNEIDER, Glaucia Martins; HERNANDORENA, Maria do Carmo A (org.). *Serviço Social na Educação: Perspectivas e Possibilidades.* Porto Alegre: CMC, 2012.

SILVA, Marcela Mary José. **O lugar do Serviço Social na Educação.** In SILVA, Marcela Mary José (org.). *Serviço Social na Educação: Teoria e Prática.* Campinas: Papel Social, 2012.